

ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA

O LUGAR DO PARQUE NACIONAL NA LÓGICA DOS LENÇÓIS MARANHENSES

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum  
de Pesquisa 03: "Conflitos Socioambientais e  
Unidades de Conservação".

BRASÍLIA

Julho de 2000

## APRESENTAÇÃO

No ciclo dos verões e invernos, o modo de vida das comunidades dos Lençóis Maranhenses combina práticas tradicionais de subsistência graças aos deslocamentos sazonais. Mas as transformações nas condições regionais – de um lado a crescente urbanização e o turismo; de outro, a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – acabam por definir novas regras nas relações entre seres humanos e natureza, alterando o modo de vida dos lavradores-pescadores confrontados com novas formas de ocupação do espaço.

## OS LENÇÓIS MARANHENSES

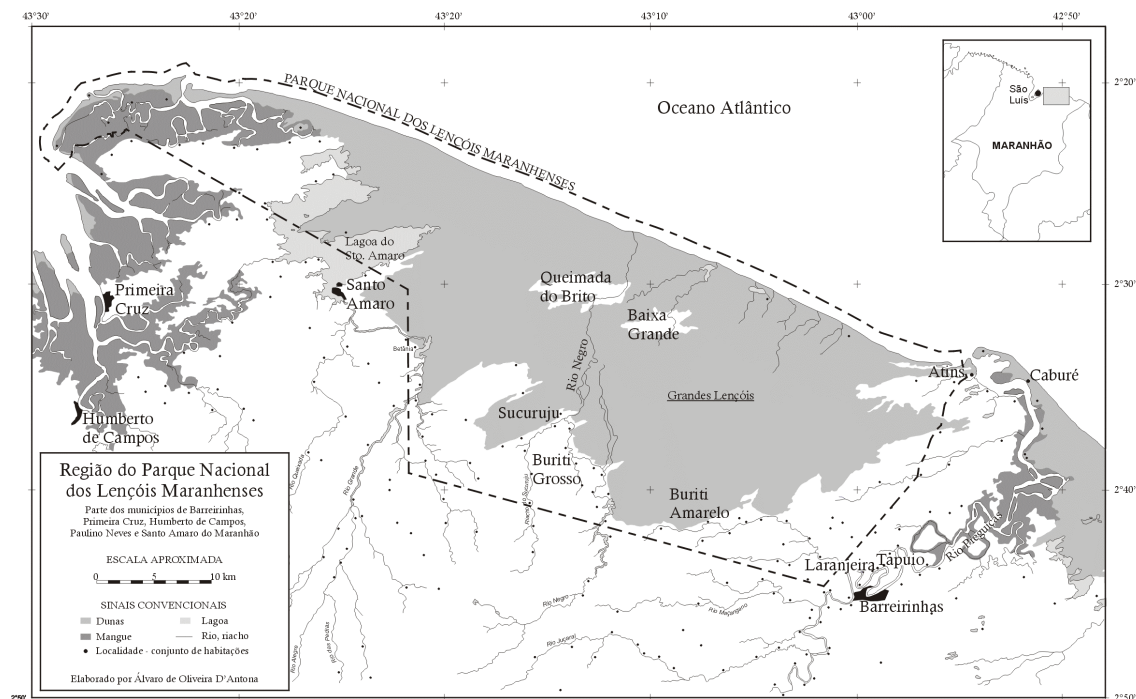
### Chuva e sazonalidade

No Litoral Oriental do estado do Maranhão, a faixa conhecida como Lençóis Maranhenses corresponde “...a uma série de dunas que se prolongam desde o *Golfão Maranhense* até a foz do rio *Parnaíba*. A costa apresenta-se baixa, com dunas elevadas, restingas, lagoas e ilhas, raros manguezais e com amplas desembocaduras” (IBAMA 1989: 78). Trata-se de um ecossistema exótico onde predomina o areal que se espalha, desde o litoral, por dois grandes desertos: os Grandes Lençóis (a oeste do rio Preguiças) e os Pequenos Lençóis Maranhenses (a leste do mesmo rio). Rumo ao interior, o areal se confunde com a vegetação agreste. Na foz dos rios maiores encontra-se o mangue portentoso que resiste à contínua ação do vento e da areia. Nas margens dos rios e várzeas, surgem as palmeiras, sobretudo os buritis.

Devido à proximidade com o equador, nesta região não ocorrem as quatro estações típicas das zonas temperadas mas apenas duas, diferenciadas mais pela incidência de chuvas que pela variação da temperatura: o *verão*, estação seca, ocorre entre julho e dezembro; o *inverno*, estação das chuvas, ocorre entre janeiro e junho. O desequilíbrio ocasionado pela concentração de chuvas entre fevereiro e abril (60% dos 1600 mm anuais) acaba por definir, num ano, dois cenários bem distintos. Durante o verão há vento forte, as lagoas evaporam dando lugar à vegetação rasteira; o chão se resseca e o mar fica revolto, levando os pescadores a abandonarem suas cabanas na praia. No *inverno*, o vento se torna brando, o mar se acalma, os rios enchem, formam-se lagoas entre as dunas. Os pescadores retornam ao litoral levando folhas de buriti para a reconstrução de suas cabanas. Na praia pescam por toda a estação.

A chuva nega o verão; é o elemento definidor das estações, um marco importante no “calendário local”: praias desertas no verão; repletas de pescadores no

inverno. A mudança de estação também corresponde à maior ênfase em determinadas atividades que se realizam, para várias pessoas, através do deslocamento físico do interior para o litoral (no inverno) e do litoral para o interior (no verão). O deslocamento, contudo, não deve ser entendido apenas como deslocamento físico, literal. Este é acompanhado por uma diferenciação de enfoque, representação ou associação de idéias mesmo entre aqueles que não se deslocam de um lugar a outro: seca, verão, interior, lavoura; chuva, inverno, litoral, pesca.



### As localidades

A área dos Lençóis Maranhenses engloba os municípios de Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Tutóia, Santo Amaro do Maranhão e Paulino Neves. Atravessando estes limites, está o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que ocupa parcialmente Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz.

Mas as fronteiras municipais, assim como as do Parque, não delimitam adequadas unidades de análise posto que os deslocamentos concretos e mentais, sazonais ou não, se concretizam entre *localidades* – sobretudo em função de relações de parentesco, facilidades de acesso e complementaridades econômicas. A noção de *localidade*, e não o termo, corresponde à identificação que cada indivíduo tem com a vila, bairro ou fazenda de nascimento (ou de afinidade), servindo como elemento de referência pessoal. Um pescador afirma ser “filho de Atins”, um lavrador apresenta-se como “nascido e criado em Tapuio”, sendo Tapuio e Atins localidades do município de

Barreirinhas. Não é dito, exceto pelos os nascidos junto à sede municipal, “sou de Barreirinhas”.

Por ser mais precisa, a análise por localidades permite detectar a presença humana dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para, ao fazê-lo, questionar o modelo de preservação ambiental ali instalado – que de formas diversas a ignora. De um universo de 525 localidades, estabelecido com base na cartografia disponível e em verificações de campo (D’Antona 1997), foi realizada uma primeira aproximação do contingente populacional que habita e circula pelo parque.

#### Distribuição populacional com relação ao Parque Nacional

	localidades	população	% pop. total
a) No parque	53	3.646	7,39%
b) Junto ao parque – zona rural	40	3.608	7,32%
c) Junto ao parque – bairros e sedes municipais	6	9.833	19,94%
d) (a) + (b) + (c)	99	17.087	34,65%
e) Total dos municípios	525	49.307	100,00%

“a”, localidades situadas dentro dos limites legais; “b” e “c”, localidades a até 3,5 km do parque (D’Antona 1997).

## ATIVIDADES E LUGARES

### Monumento ao Trabalhador

Na sede de Barreirinhas, no Monumento ao Trabalhador erguido em comemoração aos cem anos do distrito (1971), vê-se sobre uma coluna a figura de um homem com uma enxada apoiada no ombro; em cada uma das 4 faces da coluna, estilizados: o caju, o peixe, a mandioca e a palmeira (buriti). Mais que um recurso para a narrativa, o monumento é fonte de memória que revela tradição, um sinal de “permanência e antiguidade” que reconstrói e legitima a tradição – Augé (1994), Lévi-Strauss (1990: 188), Hobsbawm (1984) – definindo os indivíduos e seus modos de vida.

A figura humana sobre o pilar do monumento representa aquele que manipula, ao longo do ano, os recursos disponíveis. A idealização da figura humana é bastante inspiradora: um lavrador, homem<sup>1</sup>; um pequeno produtor com seus escassos meios e

<sup>1</sup> A representação “local” do camponês coincide com tendência predominante na produção acadêmica em priorizar a perspectiva masculina no estudo de modos de produção (Ellen Woortman 1992). Convém registrar a crítica ao monumento, apontando a importância do artesanato executado pelas mulheres nas articulações do trabalho familiar (Carvalho 1986). A complementaridade das tarefas masculinas e femininas se faz sentir ainda mais nos momentos de crise (como invernos fracos) quando as mulheres

sua produção artesanal. A base do monumento simboliza os elementos principais para a subsistência: a base da alimentação (mandioca e peixe) e aquelas matérias-primas utilizadas cotidianamente para a construção, locomoção, confecção de instrumentos de trabalho (basicamente os produtos coletados das palmeiras). Representa a base *oikonômica*<sup>2</sup> das comunidades: o extrativismo vegetal (buriti), a pesca (peixe); a agricultura (mandioca) e a castanha de caju, cuja produção organizada entre o extrativismo e a agricultura é a principal fonte de arrecadação de Barreirinhas (Pereira Júnior 19\_\_). Além destas atividades integradas, pequenos produtores podem criar algumas cabeças de gado, porcos, bodes, cavalos e burros com o objetivo primordial de atender suas necessidades diárias; mas os animais são caros e os produtores não possuem muitas cabeças. Em lugares favoráveis, alguns se dedicam às olarias para a produção de material para a construção de suas casas ou para o mercado. A finalidade da produção da olaria define a sua escala e, conseqüentemente, um maior ou menor afastamento das tarefas relacionadas à pesca e à agricultura.

Tivesse seis e não quatro lados, se poderia argumentar, o tijolo e a rês também estariam no monumento. Mas a restrição expressa mais que a hierarquia econômica: revela o que se entende como trabalhador dos Lençóis Maranhenses ou, mais particularmente, o barreirinhense. Com quatro lados, o monumento comunica, inclusive, pelo que omite. O oleiro nem sempre é bem visto: *“aquele pessoal só come terra”*, não planta, não produz aquilo que come; o oleiro não articula, ele mesmo, as bases do monumento, executa uma prática não sustentável que depende do mercado e destrói a terra, fonte primária de riqueza. A exclusão da pecuária se justifica pela identificação entre a criação de animais de grande porte e *“gente de posses”* (proprietários) de municípios vizinhos.

De fato, a lavoura, a pesca, o extrativismo e, incluso, a pecuária e a olaria se misturam em diferentes graus, fazendo das pessoas: lavradores-coletores-pescadores-criadores-oleiros. A combinação destas atividades é o traço mais geral das comunidades dos Lençóis Maranhenses, enquanto a prevalência de cada uma delas é o traço que diferencia os grupos de pessoas. Como dizem eles, *“em Atins é*

---

partem mais freqüentemente para as sedes com a intenção de vender os artigos que confeccionam. Quanto ao enfoque centrado nos modos de produção, convém indicar a ampliação das considerações para além da esfera da economia, como sugere Klaas Woortmann (1990: 11) por meio de *“categorias culturais centrais do universo do camponês brasileiro”*: a terra, a família e o trabalho, nucleantes e articulados.

<sup>2</sup> Dá-se a partir da recuperação etimológica das palavras ecologia (*oikos*, casa, lugar em que se vive; mais *logos*, o estudo, a ciência) e economia (*oikos* mais *nomos*, regras, gerenciamento) que permite pensar numa *oikonomia*, ou *“economia da natureza”* (Alier e Schlüpman 1993; D’Olive Campos 1994: 11), que diferentemente da economia crematística se mostra apropriada para o enfoque do modo de vida de indivíduos colocados em contato direto com o meio natural.

*mais pesca*”, “o pessoal de Laranjeira é *mais de oleria*”, “nas Queimadas tem *muita cabra, muito bode*”, “eu pesco, mas a minha profissão mesmo é *lavoura*”. Mesmo em cada uma das localidades, o peso relativo das atividades varia, ao longo de um ano, de acordo com preferências individuais.

A integração das atividades desse modo de vida familiar de subsistência, permite a caracterização do trabalhador de acordo com discussões mais abrangentes sobre “comunidades pesqueiras” e “camponesas”, desde que se mantenha viva a complementaridade entre aqueles que pescam mais do que plantam, com aqueles que plantam mais do que pescam; e a integração de populações costeiras e não costeiras onde a pesca assume importância variável a tempos e lugares determinados. Pois esta “*pequena produção familiar de pescadores-lavradores*” (Diegues 1983: 150) se realiza ao longo do ano graças a uma organização social que implica transição entre lugares (mar, terra, rio, areal...) sem absoluta divisão de trabalho “mar-terra”, num espaço onde a sazonalidade se aplica à pesca e não apenas à agricultura – a este respeito ver Firth (1996).

### **Caracterizando os lugares**

A grande divisão entre *litoral* e *interior*, compatível com a distinção *inverno* e *verão*, dá conta de um grande processo de deslocamento mas não explica seus componentes, o que se torna possível a partir de uma melhor aproximação das regiões e localidades. A diferenciação proposta se baseia no modo como os habitantes se referem a porções do espaço dos Lençóis aqui caracterizadas a partir de lugares exemplares.

#### *Sedes municipais:*

Nos relacionamentos que se estabelecem entre localidades, as sedes municipais Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro, nesta ordem, exercem papéis de atração proporcionais à sua urbanização. Características particulares de Barreirinhas – tamanho, importância como entreposto comercial, infraestrutura disponível, existência de posto do IBAMA, enfoque turístico e os festejos que ali acontecem – fazem desta sede, conforme expressam seus moradores, a Capital dos Lençóis, uma etapa necessária para maior parte dos deslocamentos verificados<sup>3</sup>.

#### *Localidades junto ao rio Preguiças:*

---

<sup>3</sup> O município manteve-se em relativo isolamento por várias décadas neste século devido a falta de boas vias de acesso. Apesar de importante centro exportador de castanha de caju, a sede prosperou mesmo a partir dos anos 70, época em que a Petrobrás ensaiou, sem bons resultados, a prospeção de petróleo no

Assim como a sede municipal, todas as localidades à beira-rio se beneficiam da principal via de acesso entre o interior e o litoral: o rio Preguiças. A agitação típica de Barreirinhas passa por este rio que é fonte de alimentos e recursos, local de trabalho e, cada vez mais, área de lazer para os turistas. Nos meandros do rio, as localidades se encontram em uma situação privilegiada. O acesso é feito geralmente em canoa a remo – tradicional por ali – nas “*lanchas*” (barcos para 50 passageiros) e, mais recentemente, nas “*voadeiras*” (barco de alumínio com motor de popa). Boa parte das casas têm o Preguiças ou algum de seus braços como quintal e esta proximidade possibilita um elevado intercâmbio entre a pesca de rio, agricultura e olaria (conforme o caso).

Laranjeira e Tapuio constituem o mais notável exemplo dessa interação. Tapuio se caracteriza pela lavoura, Laranjeira se sobressai pelas olarias, atividades que se realizam predominantemente no verão. Mas, ainda que todos digam “... *lá em Tapuio é mais roça... Laranjeira é só forno queimando tijolo...*”, nas duas localidades ocorre a combinação de atividades durante o verão. Em Laranjeira pratica-se a olaria, a pesca fluvial e, em menor escala, a agricultura. Em Tapuio, a agricultura e a pesca, de acordo com preferências e habilidades pessoais<sup>4</sup>.

No inverno, moradores de Tapuio e Laranjeira se encontram na praia para pescar mas, mesmo assim, as características das atividades básicas de verão influenciam o modo como se dá a mudança. A vocação agrícola dos moradores de Tapuio justifica que vários indivíduos permaneçam no interior para cuidar das roças; em compensação, a dificuldade de se lidar com barro durante a chuva, justifica o deslocamento de quase todos os moradores de Laranjeira para a praia. O inverno é boa estação para pescar no litoral, ruim para plantar e para fazer tijolos. O verão é bom para plantar mandioca e banana, é condição para as olarias, mas é ruim para pescar e para conseguir dinheiro todo dia. Esta dupla oposição (ruim/bom; bom/ruim) de cada estação se “resolve” com o deslocamento sazonal: o verão é bom no interior; o inverno é bom na praia. Tal expressão é utilizada mesmo por aqueles que não vão para o Caburé.

#### *Localidades litorâneas com ocupação sazonal:*

---

areal. Atualmente, Barreirinhas tem se firmado como pólo turístico, apesar das vias ainda precárias, tornando-se uma das prioridades do governo estadual (Maranhão 1994).

<sup>4</sup> Laranjeiras está entre os principais fornecedores de tijolos para sede municipal. Já Tapuio é regionalmente conhecido pela qualidade de sua agricultura. As espécies cultivadas não diferem daquelas encontradas nos Lençóis Maranhenses, contudo, o manejo do solo se destaca pela regular alternância de culturas (mandioca e banana), por um sistema de forração (com palha de carnaúba), valas (“*levadas*”) que interligam os lotes até o rio Preguiças e pequenas elevações no terreno (“*matumbos*”), um eficiente sistema de irrigação e drenagem.

O Caburé fica próximo à foz do Preguiças, na estreita faixa de areia que separa o rio do mar. A região está sujeita à ação dos fortes ventos e, por este motivo, constantemente passa por transformações geográficas. Em localidades próximas existem algumas poucas famílias de pescadores que residem junto às dunas mesmo no verão mas, no Caburé, os pescadores abandonam suas cabanas ao fim do inverno porque, dizem, o vento é muito forte. “*Caburé é só areia*”, somente o peixe é conseguido ali, tudo mais vem de fora. Utensílios, as famílias carregam de casa; dos mangues da região extraem madeira para as cabanas; as folhas do buriti vêm de longe, do interior; de Barreirinhas, originam-se os produtos industrializados e certos alimentos. Por isso, o deslocamento para o Caburé requer esforço e preparativos de anos.

A maioria das pessoas vem de Tapuio e Laranjeira mas há barracas ocupadas por residentes na sede municipal e em outras localidades. A pesca é uma atividade masculina e levar ou não a família diferencia o tempo de permanência no Caburé ainda que, em todos os casos, a ligação com a residência e a comunidade no interior se mantenha através de constantes viagens e transporte de peixes e mercadorias.

Por ser o local onde a sazonalidade é mais óbvia, em seu ciclo de ocupação e abandono, no Caburé se percebe com mais clareza as transformações no Lençóis Maranhenses. Com o desenvolvimento do turismo e a crescente facilidade de acesso, o espaço social do Caburé vem se transformando com rapidez. Grandes barracões são utilizados para recepcionar turistas. Uma pousada de “*gente de fora*”, feita com tijolos, instalou-se mais recentemente. O contraste da “*ordem*” desta construção (luz elétrica, barracões, coqueiros, areia diariamente varrida) com relação às cabaninhas “*espalhadas*”, é grande. O turismo de fim-de-semana, amparado pela infra-estrutura das lanchas e pousadas, vai modificando a paisagem e o modo de vida na praia, ao impor uma nova distribuição no espaço e no tempo. Alguns pescadores já coordenam suas atividades (pesca, manutenção dos aviamentos...) a outras que não são tradicionais (construção e operação das pousadas). Caburé não fica, como antes, tão vazio no verão.

#### *Localidades litorâneas não-sazonais:*

Atins e Mandacaru representam aqueles lugares próximos ao litoral onde as pessoas pescam o ano todo na foz dos rios e também no mar. Seus moradores se definem como pescadores mas isto não significa dizer que eles apenas pescam pois, assim como em outras comunidades, verifica-se a combinação de várias práticas. Plantam para a subsistência e não para o mercado: arroz e feijão, no inverno;



mandioca, no verão. Pescam para comer e vender. A distância do mercado consumidor limita o número de pescadores que podem chegar a Barreirinhas para comercializar o produto fresco; para a maioria dos pescadores, que pesca artesanalmente em canoa ou em barco a motor, resta a alternativa de vender para um intermediário em Atins que tenha condição de armazenar o pescado no gelo e transportá-lo para Barreirinhas.

Partindo de Atins, pela praia que está dentro do Parque Nacional, observa-se freqüente fluxo de pequenos barcos e a movimentação de homens que lançam suas “caçoeiras” na beira-mar e limpam seus peixes na areia. Há núcleos de pescadores em cabanas do tipo encontrado no Caburé e também pesqueiras - palhoças bem simples - utilizadas apenas como ponto de apoio das pescarias e travessias pela areia. Esta longa e larga faixa de praia é utilizada por pescadores de Atins e por outros vindos do interior, que cruzam a *morraria* a pé ou com animais. Entre os pescadores desacompanhados, a família e a manutenção das roças surgem como justificativas para retornar para casa depois de alguns dias de pesca. Levar peixe para o interior também motiva o retorno, principalmente se o destino é a própria família do pescador.

*Na morraria, as Queimadas:*

A extensa faixa de areia, a “*morraria*”, onde se combinam dunas e lagoas temporárias, caracteriza os Lençóis Maranhenses e justifica a criação do Parque Nacional. As dunas em “meia lua” – classificadas como “crescentes” ou “barcanas” (Freire, 1971 apud. Carvalho 1993: 17) – resultam da particular combinação de ventos, correntes marinhas e a fina areia.

Para as pessoas dos Lençóis, a “*morraria*” constitui-se em barreira com nítidas implicações sócio-econômicas como a dificuldade de fixação, acesso, escoamento de produtos, manutenção da saúde e educação escolar, por exemplo. Do ponto de vista da preservação, o fato de o parque ser um deserto, um local de difícil sobrevivência humana, impõe um distanciamento conveniente ao modelo do IBAMA pois não é qualquer visitante que vai à *morraria* – nem os agentes de fiscalização, como pude apurar.

Dentro do deserto existem dois oásis, a Baixa Grande e a Queimada dos Britos, que abrigam cerca de 100 pessoas e apresentam fartura superior a muitas porções fora do parque. As *ilhas* são habitadas mas, ao contrário do que se supõe e divulga em notícias sensacionalistas, os moradores não estão ilhados pois o deserto é caminho e parte da vida diária. Moradores possuem casas no interior, na borda do areal, em localidades como Buriti Grosso e Sucuruju. Também possuem cabanas na

praia, nas proximidades da foz do rio Negro, onde pescam. As Queimadas fazem parte deste modo de vida que combina a lavoura, a pecuária, a pesca e o extrativismo. Tudo se insere dentro daquela lógica, do fluxo dos Lençóis Maranhenses, colaborando para a afirmação de que é incorreto pensar no Parque sem pensar nas pessoas e nas conexões espaciais-temporais que as animam. Contudo, o contexto que cerca tais pessoas radicaliza as condições que tornam peculiares a situação dos Lençóis Maranhenses.

Para o areal, não existem vias de acesso; nem por isso, deixam de existir caminhos e atalhos. Ir de um ponto a outro acompanhado por um morador, é diferente de fazer o mesmo trajeto sozinho: eles sabem qual duna subir e qual lago atravessar; para eles, as dunas são lugares investidos de significados e lembranças (Tuan 1980, Tuan 1983). Outra experiência memorável relacionada à intimidade com o areal é a capacidade que as pessoas têm de identificar quem passou anteriormente pelo mesmo local, através da leitura das pegadas. Pelo formato do pé, eles sabem que pessoa caminhou por ali; pelo conjunto de algumas pegadas, podem dizer qual a origem e o destino do caminhante. Uma experiência literal da idéia que *“Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares.”* (Certeau 1994: 176).

A sazonalidade impõe mudanças consideráveis no cenário. No inverno há milhares de lagoas alimentadas pelas águas dos rios que transbordam com as chuvas; no auge do verão a maior parte das lagoas secam, há apenas dunas. Ao ciclo temporal anual acrescenta-se um movimento contínuo de avanço da areia em direção ao interior, em particular sobre as “ilhas” de vegetação, o que parece ameaçar o modo de vida nas Queimadas.

As ilhas fornecem o essencial. Do caju aproveitam-se a castanha, o fruto (para o consumo humano e como ração para o gado) e, eventualmente, a madeira. Das outras saem a base das construções e a energia para a iluminação e cozimento dos alimentos. No inverno, época da desova, há peixe com fartura nas lagoas. No verão os peixes limitam-se aos poços em quantidade suficiente para o sustento familiar. Arroz e feijão são plantados no inverno e a produção dura o ano todo. A arraigada pecuária – gado bovino e cabras – supera em muito a produção de outras localidades. Mas não há independência nem isolamento. O modo de vida nas ilhas depende de múltiplas conexões externas, compatíveis com os hábitos e movimentações de seus moradores. Eles trazem e levam o gado para o interior numa combinação de pastos. A cobertura das casas é de palhas de buriti provenientes do interior. Os “recursos” dos núcleos urbanos (Barreirinhas, Santo Amaro, Primeira Cruz) são francamente utilizados pelos

moradores que vão ao hospital, fazem compras, usam o serviço do Banco e do Posto Telefônico. No sentido inverso, ainda hoje existe a venda de produtos dali, principalmente rebanhos e castanha, para as sedes.

Maior que a Baixa Grande, a Queimada dos Britos (ou Queimada do Brito) deve sua fama à figura de Manoel Brito, um conhecido criador de cabras. Compradores de Santo Amaro e Barreirinhas chegam até a Queimada para adquirir os animais e, nas conversas mantidas fora das ilhas, os interlocutores manifestavam saber a respeito da Queimada mesmo sem ter passado por ali sequer uma vez. Todos pareceram ser íntimos de Manoel Brito que, beirando os 80 anos, é uma figura pública cuja história se confunde com a da Queimada<sup>5</sup>. Os cruzamentos entre a história de Manuel, desde seus avós, e a constituição dos lugares – e até mesmo dos Lençóis Maranhenses – abrem ricas possibilidades de estudos que, no entanto, fogem à proposta deste artigo.

#### *O interior*

Na borda verde que limita o areal, ainda dentro da área de preservação, encontram-se muitas localidades onde as pessoas se ocupam da agricultura (mandioca, arroz, feijão e milho), do extrativismo (buriti e caju), da criação de poucos animais, da pesca nas lagoas e no mar. Principalmente no inverno, os homens vão para a praia, onde permanecem pescando de 8 a 15 dias. Durante todo o ano há grande comunicação com as “ilhas”, mesmo porque, há muitos parentes que residem nas duas regiões. Nesta faixa ainda dá para pescar (existem as lagoas e a praia fica “logo depois” da morraria) e o peixe complementa a dieta de uma forma que não é possível mais para o interior. O mais importante é que desta porção dentro do parque extrai-se a maior parte da castanha de caju produzida em Barreirinhas.

A medida em que se afasta do parque, a vegetação de transição (cerrado-caatinga) dá um aspecto mais verde ao cenário mas o solo é ainda arenoso e sujeito à sazonalidade da chuva. Quanto mais para o sul, menor a possibilidade de o indivíduo se dirigir ao mar com frequência, o que provoca o predomínio da agricultura, pecuária e do extrativismo para a subsistência. O consumo de peixe - geralmente seco - fica condicionado à compra nas cidades ou então ao acesso a alguma lagoa.

Há uma maior dependência da agricultura que, por sua vez, está mais sujeita às condições climáticas para se manter. Não se encontram mecanismos eficientes de manejo de água (como em Tapuio) e, pelo que disseram os lavradores, a

---

<sup>5</sup> Mané Brito, doente, recusava-se a se tratar no hospital em Barreirinhas. Temia, confessou-me, morrer fora de seu lugar, a Queimada do Brito. Quando faleceu, em 1998, uma “enorme” procissão cruzou a morraria em sua homenagem. Mesmo à distância, deixo-lhe minha homenagem.

produtividade é menor. Enquanto nas localidades situadas às margens do Preguiças, a colheita da mandioca (nova) pode ocorrer em até 8 meses, no interior ela ocorre entre um e dois anos. Apesar disso, os produtores concordam que “*é no interior que está a fartura*”; no interior é que se gera o excedente de farinha que alimenta os moradores das sedes e os do litoral, onde a farinha mal atende as necessidades familiares básicas.

A combinação de atividades colocadas na base do monumento continua a existir mas, à medida que se afasta do litoral e das lagoas, altera-se a relação de complementaridade. Enquanto no litoral o peixe gera dinheiro e a roça garante a subsistência, no interior o pescado serve para o sustento. Sobre a produção agrícola recai a responsabilidade de gerar recursos monetários que também servem para comprar o peixe. São os moradores do interior, mais lavradores que pescadores.

## **UM PARQUE NO MEIO DO CAMINHO.**

### **Sobre o modelo dos Parques Nacionais**

O modelo de preservação em Parques deve ser entendido como uma conseqüência da Modernidade; de um padrão peculiar de degradação e preservação ambiental. O parque é aquele lugar da *natureza distante* que compensa a aceleração do ritmo de vida pois, nos devidos tempos, as pessoas podem se deslocar fisicamente até ele ou evocá-lo em suas memórias para atenuar a “insatisfação” da vida urbana. O lugar do parque está coordenado ao espaço da atividade econômica e social, é o lugar da não-produção, do lazer, da preservação da natureza sem prejuízo do desenvolvimento da ação humana fora das fronteiras pré-definidas – como se fosse possível colocar a natureza em um museu, para que apenas ali seja observada e conservada “imutável”. O modelo preservacionista dominante reduz as transformações, as *ações humanas*, em transformações nocivas<sup>6</sup> e revela a crença infundada em uma “natureza intocada”, num “*mito moderno da natureza intocada*” (Diegues 1994: 13) segundo o qual qualquer alteração é assumida como indesejável por abalar um estágio natural supostamente primitivo. Em todo o mundo, este padrão tem conseqüências desastrosas para as comunidades que vivem e manejam recursos nos lugares onde se decretam Parques, tais como a expulsão dos moradores; reassentamentos inadequados que tiram das populações os elementos de

---

<sup>6</sup> Estudos como o de Hecht e Posey (1990: 73-86) e Balée (1989) apontam para ações construtivas de comunidades tradicionais e indígenas, no trato com a natureza; mostram que a ação humana pode funcionar como elemento importante na constituição da diversidade

subsistência material e cultural; instalação de infra-estrutura para o turismo (Guimire 1992).

Os *Parques Nacionais*<sup>7</sup> brasileiros têm por objetivo a preservação dos recursos naturais – belezas cênicas, mananciais hídricos e espécies animais em extinção – através do controle das atividades humanas nas áreas demarcadas (IBAMA 1989: 3). A evidente tendência biológica e paisagística causa impacto no modo de produção tradicional e, de modo mais abrangente, no modo de vida tradicional, uma vez que a delimitação das unidades redefinem o espaço de circulação, os lugares de residência e o modo como as pessoas passam a se relacionar com o meio ambiente. Dentre os residentes tradicionais há diversidade nas percepções de acordo com a “posição” no grupo (atividade, gênero, idade...) mas o conjunto das perspectivas internas difere com relação à percepção de grupos não residentes – como os turistas e as autoridades das quais emanam as leis preservacionistas. Na superficialidade do turista (por exemplo) assim como na intensidade do residente, se patenteia a desigualdade de relacionamento com o lugar onde se instala o parque. O turista coleciona imagens, aprecia paisagens, enquanto o morador manifesta profundo apego à terra e um específico conhecimento da natureza. Seus “ (...) *músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia*<sup>8</sup> *do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças...*” (Tuan 1980: 111).

### **Os moradores vêm o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.**

O perímetro de 270 km que desenha o PARNA é, como qualquer outro limite ou fronteira estabelecida, um recorte arbitrado, artificialmente construído pelo Decreto Federal 86.060 de 02/06/1981. Olhar para o mapa do parque é perguntar: se a “*preocupação precípua*” (artigo 2) era com a natureza (“*fauna, flora e belezas naturais*”), por que o mangue está fora da unidade? Por que cercou-se a areia? Por que não se consideraram as atividades das pessoas dentro e fora do parque como um

---

<sup>7</sup> São Unidades de Proteção Integral, criadas e mantidas pelo governo federal através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. Apesar do contemporâneo esforço para a formulação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil 1996, 1996a), a fronteira de um parque ainda motiva situações conflituosas entre os interesses nacionais e o modo de vida daqueles que habitam os lugares onde se instalam os parques.

<sup>8</sup> Topofilia, neologismo que significa amor humano a um lugar. Inclui os laços afetivos dos indivíduos para com o meio ambiente material, laços que diferem em intensidade, sutileza e modo de expressão. Da sensação de beleza até os sentimentos para com o lugar do lar, do lugar de reminiscências e do lugar como meio de se ganhar a vida (capítulo 8).

fator relevante?<sup>9</sup> A presença humana deve ser negada para que se preserve a natureza?

A necessidade de preservar partes externas aos limites instituídos, leva o IBAMA a tentar exercer controle por toda a extensão dos Lençóis Maranhenses. Mesmo as comunidades distantes dos limites estão sujeitas à legislação ambiental, às multas e apreensões. Valem-se, as autoridades, de outros instrumentos para preservar o meio e compensar a restrição espacial do parque: o mangue está sujeito à legislação florestal; a área de preservação ambiental do Preguiças, em teoria, está melhor adaptada para aceitar a presença humana junto ao rio (Silva 1995).

Visto pelos moradores tradicionais, o Parque Nacional não parece relacionado à preservação ambiental (ecologia). O Parque é um lugar bonito, exótico e, por isso, distante. “*O parque dos lençóis é longe*” disseram moradores de Tapuio (situado a poucos quilômetros de sua fronteira). Por outro lado, o IBAMA policia mais junto ao rio Preguiças do que dentro da unidade, o que acaba dissociando o IBAMA do PARNA – de fato, a presença policial do primeiro (através de apreensões e multas) supera os limites do segundo.

A preservação ambiental e a degradação não aparecem espontaneamente nas conversas com os moradores. Há, na verdade, considerações sobre o consumo de recursos nas práticas cotidianas: algumas prejudicam a natureza e se constituem em ações a serem evitadas; outras não a prejudicam e, portanto, não merecem nenhuma ressalva; e, finalmente, há as realmente prejudiciais mas inevitáveis, pois as pessoas vivem disso, não fazem por maldade. Diz o oleiro sobre o uso de lenha nos fornos: “*É... tá precisando e não vai acabar... Porque nós aqui não tem madeira, a madeira pra nós é pra casa - e aí tem que tirar pra casa. A viga, a perna manca vem do mangue, a madeira não tem por ali. Essa madeira seca, o mangue seco que morre lá no mangue, tem que buscar pra queimar o material, o tijolo. O IBAMA não deixa retirar nem esta madeira... dizem que é pros peixe comê*”.

Prevalece a crença na “Superioridade da Natureza”. Sua grandiosidade torna as ações humanas não suficientemente degradadoras: tira-se o olho do buriti mas nasce outro, pesca-se muito, mas o peixe não acaba. Um pescador de Tapuio, quando inquirido sobre a diminuição da pesca no rio, resistiu à idéia de extinção do recurso, apesar de reconhecer que está cada vez mais difícil pescar: “*... peixe tem mas eles se*

---

<sup>9</sup> Contrariando o argumento oficial de que as ocupações teriam surgido da depois do parque ter sido criado, moradores – mesmo os mais idosos – afirmam que nasceram e foram criados nestas localidades hoje situadas no parque. Muitas delas aparecem em relatórios com dados populacionais do século XIX: em 1860 residiam em Buriti Amarelo 580 pessoas livres e 150 escravas (Marques 1970 [1870]).

*escondem*”. A fé na grandeza da Natureza (que se mistura à fé em Deus), acaba estabelecendo um mito de uma natureza inabalável pela ação humana, segundo uma anciã:

*“Esse ano deu peixe. Porque o inverno foi muito bom. Esse ano foi peixe demais! Pode trazer carradas e carradas, quando chega na Barreirinhas bota para o centro, por toda a parte. Não tem nada que chegue, o peixe. É muito pobre, minha gente. Tudo pá cumê, é brincadeira? Essa fome é horrive. A gente tá cumendo, tá com fome... e o pobre dos peixe é que vai matando pá pudê sustentar os cristão... mas o que Deus butô não tem quem acabe. Se a gente fosse imaginá os peixe dentro do mar, no rio... eu não sei como é que toma fogo pá ficar vivo dentro d’água. E o cristão, que dá aqui no seco, se duvidá, ele morre afogado....”*

Para os moradores, noções equivalentes à degradação e preservação aparecem sempre atreladas à necessidade de usar recursos e a proibição do uso, respectivamente. Isto fica mais explícito naqueles lugares onde os recursos se extinguem velozmente e naqueles onde a proibição é mais intensa. Em Atins, onde ocorrem os arrastões, e em Barreirinhas, onde há o problema do lixo que polui e enfeia a cidade, entrevistados manifestaram preocupação quanto ao manejo dos recursos naturais. Ao longo do rio Preguiças, onde os fiscais mais a(u)tuam, moradores vivem preocupados com as possibilidades de punições por uso indevido de recursos. Movimentos ambientalistas organizados inexistem na zona rural mas em Barreirinhas notam-se constantemente os discursos, ações preservacionistas (gincanas para limpar o rio, movimentação em defesa da duna situada à entrada de cidade), sobretudo entre aqueles que estudaram em São Luís e entre aqueles vindos de outras cidades.

O problema do uso de recursos ocorre mais pela inadequação das medidas preservacionistas e não por uma comprovação de prejuízos causados pelas práticas tradicionais. É notório o uso de recursos naturais mas desconhece-se os reais impactos. Boa parte das casas e *“pesqueiras”*, locais onde guardam as canoas e materiais de pesca, são feitas de madeira extraída do mangue e cobertas por palha de buriti vindas do interior. Do mangue extrai-se também a madeira que origina o carvão para cozinhar. O artesanato, a olaria, a pesca, a agricultura, atividades daqueles representados no monumento ao trabalhador, dependem em diversos graus do uso de recursos naturais – que se justifica pela necessidade de subsistir.

Os impedimentos impostos pelo IBAMA obrigam à substituição de materiais e produtos e isto, paradoxalmente, eleva o consumo de recursos ambientais pois para conseguir mais dinheiro os produtores locais buscam acelerar os processos tradicionais que lhes garantam excedentes - pois nas “riquezas” naturais está a possibilidade de riqueza material, monetária<sup>10</sup>. Um exemplo claro é o mangue que se pretende preservar. Substituir o carvão pelo gás é uma obrigação cara e trabalhosa. Cercar uma roça com arame farpado é bem mais caro que cercá-la com galhos trançados. A aquisição do botijão de gás, do rolo de arame farpado, dentre tantos outros produtos, custa dinheiro; já o mangue, como tantos outros recursos, está disponível pois faz parte do espaço destas comunidades. A substituição de materiais não ocorre apenas porque o pescador-lavrador passa a ter acesso a matérias-primas mais “eficientes” (será o arame melhor que a madeira?) mas por uma imposição da legislação ambiental que, por ações punitivas, tem contribuído para reduzir incursões extrativistas ao manguezal.

*"... se a gente vai tirá madeira de uma casa, aí eles [IBAMA] proíbe a gente de tirá... e aí como é que a gente vai cobri a casa da gente? Tem veis que a pessoa até responde mal pra eles: rapaz, então ceis vão comprá madeira pra gente! ... que eles proíbe de cortá o manguero... até seco eles tão proibindo, eles tomam a madeira das pessoas. Cê vê que aqui não fica muito longe do mangue mas é a coisa mais difícil que tem é você ver uma cerca de madeira. Algumas que já tem aí do tempo que não tinha proibido... aí a gente vê uns farrapozinho de madeira... mas começô a proibi, agora só é no arame".*

Para ilustrar o antagonismo do IBAMA, os pescadores de diversas localidades, em diversos momentos, narram a história de uma mulher, viúva, que estava pescando “acolé com uma tarrafa”.

*“A lancha do IBAMA veio pra tomá a rede, porque não pode... Então ela chamou os fio, mandô os minino tudinho subi na lancha do IBAMA, seis minino, e falou pro guarda assim: ‘- então o senhor*

---

<sup>10</sup> Do lado dos recursos, além daqueles resultantes do excedente gerado pela combinação da pesca e agricultura e da clandestina sobreexploração dos recursos disponíveis, são importantes fontes a aposentadoria rural e de atividades ligadas ao turismo. Da parte das necessidades, nem todas são atribuíveis ao IBAMA: nas mercearias e lojas as famílias são apresentadas aos produtos industrializados (leite em pó, colchão, geladeira, fogão a gás, roupas, sapatos de material sintético...) e é notável a pressão que a aquisição destes bens exerce na vida familiar, tanto nos esforços para consegui-los quanto



*tem que levá também tudo este aqui porque eu sustento esses minino com essa tarrafa”.*

O episódio, segundo todas as versões, termina bem. Surpreendido, o Agente acabou não fazendo a apreensão - *“o que eles iam fazê com os minino?”*. A arbitrariedade do IBAMA ocorre pela incompreensão das suas normas por parte dos pescadores e lavradores e também porque várias destas normas parecem sem sentido. A oposição ao IBAMA e as “regras preservacionistas” não ocorre porque os pescadores e lavradores são contra a preservação. Muitos pescadores, principalmente os mais velhos, acham correto que se tome a caçoeira se a malha for pequena pois, dizem, *“o benefício é para nós mesmo. O peixe pequeno vale pouco, não vale nem para quem pescô... vai atrapalhá no futuro”*. A oposição decorre do sentimento de injustiça, de sentir-se punido enquanto os “grandes” e os arrastões vindos de fora não são autuados. *“o IBAMA não pega os grandes e vem pegar nós que estamos pescando de caçoeirinha na praia”*.

As ações do IBAMA não são compreendidas porque estas parecem não considerar as motivações dos pescadores que são, no entender destes, lícitas: coletam para plantar, coletam para comer, coletam para morar. *“No ano passado até a madeira seca, se tivesse a canoa cheia, eles tava pegano. Agora eu quero sabê porque que eles queria aquela madeira seca. Se ela tava dentro do mangue, seca...”*. O interlocutor não entende porque o IBAMA proíbe, não por ignorância, como dizem no IBAMA, mas porque se vale de outros parâmetros para avaliar seu relacionamento para com a natureza. Se tais parâmetros são ou não suficientes para não acabar com os recursos naturais, nem as autoridades competentes sabem afirmar, o que mostra que a ignorância também é atribuível ao IBAMA<sup>11</sup>.

*“... porque o mangue, avalia, o mangue não tem dono, cê acredita? O mangue é dado pela natureza. Porque todo mundo é sabedô: onde a maré manobra, 30 metro pra fora de onde a maré manobra, não tem dono... Mas aqui a ibamba [IBAMA] chegou: - você não*

---

pela introdução de novos hábitos. Por exemplo, em muitas casas fora da sede, a rede de dormir já foi substituída pela cama, mesmo que esta seja considerada mais quente (e desconfortável) no verão.

<sup>11</sup> Segundo o IBAMA, a precariedade dos equipamentos e o pequeno número de profissionais impede que se cumpram as principais tarefas (fiscalização das margens dos rios, mangues, matas, e gerenciamento da área sob sua responsabilidade). O equipamento disponível para a fiscalização possibilita multar um pescador em uma canoa, apreender a madeira que um oleiro coleta no mangue mas não dá para fazer frente ao “principal problema ecológico”: a pesca predatória, o arrastão do camarão realizado por “barcos com casco de ferro” vindos de toda parte do país para pegar camarão no litoral maranhense. A ineficiência dos equipamentos faz com que as práticas punitivas / preventivas da preservação ambiental recaiam mais sobre os menos “poderosos” que, não por coincidência, são aqueles que tradicionalmente moram nos Lençóis Maranhenses .

*pode! (...) É preciso saber quem trabalha. A ibamba não quer saber quanto usa de madeira. Só proíbe.”*

## **A DINÂMICA CONSTITUIÇÃO DE UM MODO DE VIDA**

### **Sobre os determinismos.**

A evidência que, sobretudo a mídia, atribui ao Caburé tem motivado um debate acadêmico quanto ao tipo de movimento populacional sazonal verificado ali e em outras porções dos Lençóis Maranhenses. A geografia tem rotulado como “transumância” o deslocamento temporário de residência; as ciências sociais têm refutado classificações como esta. Mesmo em Barreirinhas, a polarização acontece: quem vive do turismo, divulga a idéia do nomadismo para os visitantes; quem prefere enaltecer a região, eliminando sugestões que possam ser associadas ao seu “atraso”, se opõe à idéia: *“imagina, eles [pessoas que se deslocam] têm casa de tijolo; fazem compra aqui na cidade...”*.

As perspectivas teóricas concordam quanto aos fatos mas divergem quanto à interpretação dos mesmos. Concordam que as pessoas vão para o Caburé no inverno e que seu modo de vida, nesta época, se coordena com as pessoas que ficaram e com as atividades de verão. Mas a argumentação “geográfica” classifica o deslocamento, a *“migração sazonal”*, como transumância e conecta-o a mudanças ambientais; a argumentação “sociológica” submete o deslocamento a uma ordem sócio-econômica superior aos condicionantes “naturais”, o que descaracterizaria o nomadismo<sup>12</sup>.

A existência dos fatores morfogenéticos, verificados tecnicamente e considerados pelos moradores, não dá conta do processo, não explica, por exemplo, por que nem todos saem de Tapuio e Laranjeira em direção ao Caburé, e também por que há outras comunidades litorâneas que permanecem pescando - ainda que de forma limitada - durante o verão. O fato real de “ventar na praia” durante o verão não deve servir para a naturalização dos aspectos sociais, culturais, pois partir para a praia resulta de condições materiais e climáticas que respeitam a combinação pesca-

---

<sup>12</sup> Rabêlo (1992: 3) estudou a região compreendida entre “Morro do Boi” e “Ponta da Brasília”, observando como transformações morfogenéticas *“contribuem de modo negativo para a fixação humana e o desenvolvimento das atividades econômicas, ocasionando migrações sazonais de pescadores e comerciantes para áreas dotadas de melhores condições de subsistência”* – sendo as *“migrações sazonais”* caracterizadas como o *“fenômeno da transumância”*. Por uma perspectiva sociológica, Souza (1996) procura explicar o deslocamento do grupo de famílias camponesas da localidade de Tapuio, enfatizando a organização produtiva e sua relação com o meio ambiente, sem exagerar nos aspectos geográficos. Os trabalhadores *“deslocam-se dentro de um espaço que está sendo entendido por seus*

agricultura e implicam em uma organização social que transcende ao momento do deslocamento. Ir para a praia depende do acúmulo de excedentes, de estações anteriores, para empregar na aquisição dos equipamentos para pesca e para a instalação na praia (Ferreira 1994: 2-3).

Contudo, a existência de um “espaço único”, por onde pessoas se movimentam, não suprime os deslocamentos e, nem mesmo, a noção de transumância. Guardados os distanciamentos, Evans-Pritchard (1978), ao estudar as instituições políticas dos Nuer, e Mauss (1974), em seu estudo da morfologia social nas sociedades esquimó, nos ensinam a levar em conta o meio ambiente e os meios de subsistência; enfim, a sazonalidade e a ecologia (para além de seu sentido biológico). Mas como tratar das relações ser humano-natureza e sobreviver aos determinismos? Em primeiro lugar é necessário reconhecer que características sociais convivem com características ambientais – e que ambas são dinâmicas – para, então, contextualiza-las caso a caso. Nos Lençóis Maranhenses a compreensão vem das variáveis tempo, espaço e lugar, não para estabelecer como os indivíduos se sujeitam à natureza (ou a superam) mas para entender como eles vivem e como tal modo de vida se transforma ao longo do tempo.

### **Tempo Cíclico e Tempo linear**

Partindo da distinção entre as noções de *tempo cíclico* e *tempo linear* (Leach 1974) podemos definir duas figuras geométricas, o círculo e a reta, respectivamente, como representações razoáveis. O círculo representa um tempo cíclico, sazonal ou “ecológico”, do ano natural dividido em estações secas e úmidas que motivam diferentemente os Kaipó (Posey 1982), os Nuer (Evans-Pritchard 1978) e as comunidades dos Lençóis Maranhenses. Seca, chuva; “*tot*”, “*mai*” (Evans-Pritchard 1978); verão, inverno: a divisão do ano reflete as relações recorrentes das comunidades com o meio ambiente, o respeito aos tempos da natureza, às safras, às chuvas, às estiagens. Já a linha representa o fluxo do tempo, os acontecimentos ordenados seqüencialmente; um tempo que avança inexoravelmente e, recuperando Harvey (1994) e Giddens (1991), se acelera rompendo a noção de tempo e espaço conectados pelo lugar.

O encadeamento de sucessivos *tempos cíclicos*, representável graficamente pela espiral, a “mola do tempo” (D’Olive Campos 1994), permite representar o

---

*membros como único*” e, tal unidade espacial e de atividades, descaracterizaria a migração, o nomadismo (a transumância).

dinamismo da seqüência de estações secas e chuvosas ao longo dos anos: há verões e invernos; mas cada verão é único, assim como há invernos melhores e outros piores. Por combinar o tempo cíclico ao linear, a “mola” expressa dinamismo e guarda uma contradição: sua distensão diminui os ciclos, dilui o sentido da sazonalidade. Nos Lençóis Maranhenses, o dinamismo da construção do “verão” e do “inverno” provoca movimentos que comprimem e esticam a “mola”; aspectos que reforçam e atenuam a sazonalidade.

Segundo Borges Neto (1995), na década de 60 não ocorria movimentação entre Tapuio e Caburé da forma como se verifica atualmente. Havia deslocamento de homens (não de famílias) por períodos mais curtos, se pescava o ano todo junto ao rio. A partir da década de 70, houve um progressivo distanciamento dos pontos de pesca (pela mudança da barra do rio Preguiças), uma seqüência de inovações tecnológicas (como a rede de nylon), a abertura de estradas, o crescimento populacional mais acelerado, a pesca industrial, o turismo, a fábrica de gelo e os barcos motorizados; fatores responsáveis pelo deslocamento cada vez maior de famílias em direção ao litoral, onde se passou a pescar mais no inverno. Como nas décadas passadas, “verão” e o “inverno” são hoje reconstruídos, à medida que aumenta o número de pessoas que se deslocam e que todos (mesmo os que não se deslocam) assumem a antinomia das estações, levando em conta mudanças climáticas e sócio-econômicas. Tanto, que ir para a praia se incorpora aos projetos de vida. Diz um oleiro que ainda não pesca na praia:

*“no inverno não dá pra olaria... aqui todo mundo vai pra praia mas eu fico aqui mesmo no barro: planto um pezinho de arroz, um feijãozinho e fico colhendo. Mas se eu não morrer, esse outro ano que vai vim eu tô com fé de passar o inverno na praia. Porque eu projetei 3 anos pra mim fazer uma canoa... lutei 3 ano... e com 3 ano eu dei ela pronta... ali, no porto. 27 palmo, 7 palmo de boca...”*

Por outro lado, atenua-se o caráter *cíclico do tempo* (a sazonalidade) conforme novas práticas que se atêm menos aos ritmos da natureza se constituem entre as comunidades locais, ocasionando “linearização” e aceleração do tempo: pode-se ir à mercearia comprar um sapato novo, não mais é preciso subir ao buriti no verão para retirar a palha da qual se fazia o calçado; não se pode tirar a madeira do mangue, pois o IBAMA a apreende, mas pode-se ir até a madeireira e comprar as vigas para a casa; O litoral está mais próximo do interior pois o barco motorizado reduz o esforço (e o tempo) consumido pela tradicional travessia em canoas à remo; em muitos lugares

não é mais preciso salgar os peixes, pois compra-se o gelo ou a geladeira para tê-los sempre frescos.

Nas transformações que motivam a construção e destruição do tempo sazonal, interagem as comunidades locais e agentes externos. Há o turismo (e os turistas), há o parque (e o IBAMA), as lojas, a estrada e a televisão; mas há, também, as motivações e necessidades dos moradores.

### **Espaço e Lugares**

Foi neste espaço de múltiplos lugares estabelecidos pelas experiências das comunidades residentes – e ignorando a percepção de meio ambiente destas pessoas – que se definiu o Parque Nacional, um espaço “desabitado” no entendimento dos criadores da unidade de preservação. A idéia do Parque, enquanto espaço vazio, se opõe às práticas verificadas localmente, pois a morraria não é vazia de pessoas nem de significados. A integração das famílias tradicionais com os supostos espaços vazios ocorre a partir da proximidade do lugar da casa, do domicílio familiar, em relação aos recursos naturais utilizados para a subsistência. E esse lugar, nos Lençóis Maranhenses, é enorme, supera o corpo da casa, seu quintal, e se estende por outros lugares: pela roça, pelas localidades, pelo rio, pelo mangue e pela morraria; da praia ao interior. A casa é extensa (D’Oliveira Campos 1994)<sup>13</sup> e coerente com a *oikonomia* local, com a variação estacional e gerenciamento dos recursos de modo sustentável. Daí a representatividade da casa de Manoel Brito com seu quintal extenso (do tamanho da morraria); do uso do parque como local de moradia e circulação; do fato de recursos extraídos do parque (peixes e castanhas) sustentarem populações fora do parque; do fato de recursos fora do parque (madeiras e palhas) servirem às comunidades dentro do parque.

Certeau (1994: 178), ao comparar a enunciação pedestre no espaço urbano à enunciação lingüística, toca noções aplicáveis ao essencial deslocamento verificado nos Lençóis: o “ato de andar”, a “apropriação do espaço”, diferencia e articula o “aqui” e o “lá”, o interior e o litoral (e vice-versa). Ao mesmo tempo em que os lugares são diferenciados, mantém-se a possibilidade de que se articulem em um mesmo espaço. O Lugar é o “próprio”; o Espaço, lugar praticado, marca-se pelas trajetórias e percursos que ligam o “aqui” ao “lá”.

Não é possível pensar nas distinções de lugares e atividades, do modo como ocorrem nos Lençóis Maranhenses, sem evocar os limites que separam o “aqui” do

---

<sup>13</sup> Característica de um modo de vida *oikônômico*, a casa extensa é sustentável, inclui a floresta, os lagos, rios, oceano, roça, meios próximos à casa de moradia que garantem a proximidade com os recursos para

“lá”; a “pesca” da “roça”, o verão e o inverno, pois deslocar-se implica em atravessar fronteiras e estas também fazem o contexto. Para Leach (1978: 44), *“quando usamos símbolos (tanto verbais como não-verbais) para distinguir uma classe de coisas ou ações de uma outra, estamos criando fronteiras artificiais num campo que é ‘naturalmente’ contínuo”*. O rio Preguiças é via natural de acesso das localidades até o litoral. Navegando-se por ele, acompanha-se a transição por suas margens na sucessão de cenários (palmeiras, várzeas, mangues, dunas, praia) e a travessia pela água marca a passagem, o deslocamento de um lugar a outro, de um tempo a outro. A morraria é outra fronteira – ou *“zona ambígua”* – na qual a caminhada, passo-a-passo, objetiva a distinção aqui-lá. Em todos os casos, é preciso deslocar-se pelo rio ou pelo areal para ir de um local ao outro. Trata-se de uma representação simbólica, é verdade, pois a passagem física corresponde à passagem de uma situação a outra, e isto não se aplica apenas àqueles que se deslocam fisicamente para pescar. Ir do interior para a praia (e vice-versa) não é simplesmente cruzar uma fronteira, uma linha traçada sobre um mapa; é passar de uma estação à outra (do verão ao inverno) por fronteiras ambíguas, numa travessia feita de incertezas e ansiedades. *“O princípio de que todos os limites são interrupções artificiais do que é naturalmente contínuo e de que a ambigüidade implícita no limite é por si uma fonte de ansiedade aplica-se ao tempo e ao espaço”* (Leach 1978: 44). O início e o fim das chuvas, anualmente, são momentos de inflexão. Não são apontados ou convertidos a uma hora e data exatas, mas definem um antes, um depois e, entre eles, uma *zona ambígua*. Constituem-se mesmo em fonte de ansiedade: irá chover? Será bom o inverno?

Verão-inverno, pesca-agricultura, “estar aqui” e “estar lá”; pares recorrentes que constituem, na sucessão dos seus ciclos, o modo de vida nos Lençóis Maranhenses; pares que aproximam o mapa, o calendário e o monumento ao trabalhador a um mapa-calendário-monumento.

### **Tempo e Espaço – voltando ao monumento ao trabalhador**

“... Se pensamos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar” (Tuan 1983: 6). Os deslocamentos, contendo movimentos e paradas, traduzem a relação do tempo com o espaço através dos lugares<sup>14</sup>. Nos vários lugares, próprios

---

a subsistência familiar, a armazenagem e reciclagem na natureza (nos lugares e tempos da natureza) e possibilita a produção em tempo curto, para consumo.

<sup>14</sup> Ver a esse respeito David Harvey (1992: 196) citando a representação diagramática das trilhas diárias de tempo-espaço, segundo Hägerstrand.

dos moradores, se dá determinada experiência espacial que não se apresenta cristalizada, pretérita, mas dinâmica, sempre em formação.

Olhando para o mapa, podemos ver o Caburé como um lugar, Atins como outro (e as comunidades como particularidades) ou vê-los em um contexto dinâmico. De acordo com o momento do ano, podemos ver o indivíduo ora como pescador, ora como lavrador ou, então, vê-lo como pescador-lavrador. Podemos pensar em um lugar preservável como parque nacional ou em um contexto (lugares, pessoas, deslocamentos) com recursos manejáveis. Espero ter mostrado a existência de uma lógica do espaço das comunidades dos Lençóis, o que justifica a necessidade de tratá-las coletivamente.

O que ocorre quando a casa e a relação com a casa muda? As “novidades” (turismo, estrada, parque...) afetam a vida e a economia familiar ao alterarem as relações com a casa extensa: pedem um reajuste, um novo modo de perceber e conviver com a natureza. O Parque, enquanto lugar de preservação, restringe antigas práticas; as novas necessidades familiares (eletrodomésticos, por exemplo) forçam à geração de excedente. As comunidades, com seus quintais reduzidos, perdem espaço e precisam obter mais recursos dele para suprir essa redução assim como a ampliação de suas necessidades.

A economia tende a se afastar cada vez mais daquela para subsistência o que ocasiona pressão sobre o meio ambiente e empobrecimento das comunidades. O desencaixe tempo / espaço redefine lugares e práticas, caracteriza o contexto de mudanças no qual se inserem aqueles representados no monumento ao trabalhador. Mas isto não é novo, em tantas comunidades, dentro e fora dos parques em todo o Brasil, processos semelhantes já foram verificados. O que particulariza a situação dos Lençóis Maranhenses (e o momento deste trabalho) é que aí o turismo e a urbanização dele decorrente, são ainda insipientes, permitindo reflexões e atitudes concretas para que se atenuem os prejuízos sobre as comunidades tradicionais e o seu território.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIER, Joan M., SCHLÜPMANN, Klaus. *La ecología y la economía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 367p.
- AUGÉ, Marc. *Não Lugares*; introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas - SP: Papyrus, 1994. 111p.
- BALÉE, William. Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira. In: NEVES, Walter A. (org.). *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia*; avaliação e perspectivas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. p. 95-109.
- BORGES NETO, Antônio. *Em Busca do pescado*; um estudo etno-histórico dos povoados de laranjeiras e tapuio. São Luís: UFMA, 1995. (Monografia, Graduação em História).
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. *Projeto de Lei nº2.892/1992*. Relator: Dep. Fernando Gabeira. 1996. 16p.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.. *Substitutivo ao Projeto de Lei nº2.892/1992*. Relator: Dep. Fernando Gabeira. 1996a.
- CARVALHO, Antônio E. F. B. *Estudo Florístico e Fitossociológico em uma Ilha de Vegetação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. São Luís: Centro de Ciências da Saúde da UFMA, 1993. (Monografia, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas).
- CARVALHO, José J. C. *O Artesanato de Barreirinhas*. São Luís: Departamento de Artes da UFMA, 1986. 103p. (Monografia, Curso de Especialização em Ed. Artística).
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.
- D'OLNE CAMPOS, Marcio. Fazer o tempo e o fazer do tempo: ritmos em concorrência entre o ser humano e a natureza. In: *Revista Ciência & Ambiente*. Santa Maria - RS, nº 8, 1994.
- DIEGUES, Antônio C. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1994. 169p.
- DIEGUES, Antônio C. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1983. 287p.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. E. *Os Nuer*; uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978. 276p.
- FERREIRA, Luíza M. C. J. *Relatório parcial do projeto de pesquisa "Estudo do deslocamento de famílias camponesas às margens do rio Preguiças"*. São Luís: SEMA/GERCO-MA, 1994. 10p.
- FIRTH, Raymond. *Malay Fisherman*; their peasant economy. New York: Norton, 1996 [1944, 1964]. 401p.
- GHIMIRE, K. *Parks and people*; livelihood issues in National Parks management in Thailand and Madagascar. UNRISD, 1991. (Mimeo.).
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp. 1991. 177p.



- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4a. edição. São Paulo: Loyola, 1994. 349p.
- HECHT, Suzana, POSEY Darrell A. Indigenous Soil Management in the Latin American tropics: some implications for the amazon basin. In: POSEY Darrel A., OVERAL, Willian L. (org.). *Ethnobiology: implications and applications*. v. 2. Belém: Museu Emílio Goeldi/CNPq, 1990. pg. 72-86.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra. 1984. p. 9-23.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Unidades de Conservação do Brasil*. Parques Nacionais e Reservas Biológicas. I. Ministério do Interior. Brasília, 1989. p. 182.
- LEACH, Edmund R. Dois Ensaio a respeito da representação simbólica do tempo. In: *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 223p.
- LEACH, Edmund, *Cultura e Comunicação; A Lógica pela Qual os Símbolos Estão Ligados - Uma Introdução ao Uso da Análise Estruturalista em Antropologia Social*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 119.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 235p.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. *Perfil Estadual do Litoral Maranhense*. São Luís: CPE/GERCO-MA. Publicação 007/94.
- MARQUES, César. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970 [1870]. 634p. (Coleção São Luís, 3).
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: *Sociologia e Antropologia*. v 1. 1974.
- PEREIRA JÚNIOR, Mário L. *A produção de castanha de caju no município de Barreirinhas*. São Luís: UFMA, [19--]. 74p. (Monografia, Bacharelado em Geografia).
- POSEY, Darrell A. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó indians of the amazon face the future. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo; USP, v. 25, p. 81-97, 1982.
- RABÊLO, Ana Maria Costa. *A Dinâmica na Área entre os Povoados "Morro do Boi" e "Ponta da Brasília."* São Luís: Departamento de Geociências da UFMA, 1992. 64p. (Monografia de Bacharelado em Geografia).
- SILVA, Maria de Lourdes. *APA da foz do rio Preguiças / Pequenos Lençóis / Região lacunar adjacente: uma metodologia para fins de monitoramento utilizando técnicas de sensoriamento remoto*. São Luís: SEMA, 1995. 14p. (Monografia).
- SOUZA, Eliane de C. A Gente Tá Aqui e Tá Lá: Atividades produtivas dos moradores de Tapuio, Barreirinhas-MA. In: *Desenvolvimento e Cidadania*. no. 18, p.16-21, jan/96.
- TUAN, Y-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983. 250p.

- TUAN, Y-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. 288p.
- WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n.18, ano 7, p. 41-61, 02/1992.
- D'Antona, 1997. *O verão, o inverno e o inverso: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Departamento de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Campinas, SP. 1997. 242p. (Dissertação de Mestrado)
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.